



AVISO PRÉVIO DE GREVE
GREVE DOS TRABALHADORES DAS CARREIRAS
DE INSPECÇÃO DAS PESCAS DA DGRM
AO TRABALHO A PRESTAR
PARA ALÉM DA DURAÇÃO DIÁRIA DE TRABALHO NORMAL
E AO TRABALHO SUPLEMENTAR A PRESTAR EM DIA
DE DESCANSO SEMANAL E FERIADOS

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, comunica ao Primeiro-Ministro, Ministro do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, Ministra do Mar, Secretária de Estado da Administração e Emprego Público, Secretário de Estado das Pescas, bem como ao Director-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos que, ao abrigo e nos termos do Artº57º, nºs. 1 e 2 da Constituição da República Portuguesa, dos Artºs. 394º, nº1 e 395º, primeiro segmento, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e dos Artºs.530º, nºs. 1 e 2, e 531º, nº1 do Código do Trabalho, os trabalhadores integrados nas carreiras de inspecção das pescas, do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, **irão estar em greve ao trabalho a prestar para além da duração diária de trabalho normal e ao trabalho suplementar a prestar em dias de descanso semanal e feriados**, a partir do próximo **dia 2 de Abril de 2018 e até ao dia 30 de Junho de 2018**.

Esta greve tem por objectivo:

-Exigir do Governo a negociação da proposta de revalorização das carreiras de inspecção das pescas da DGRM e de atribuição de um estatuto digno e compatível com as funções da nova carreira;

-Exigir que as competências de investigação/inspecção/fiscalização das pescas fiquem sediadas exclusivamente na Autoridade Nacional das Pescas e na inspecção das pescas em concreto.

Durante a greve ao trabalho, a segurança e a manutenção dos equipamentos e instalações serão assegurados nos mesmos moldes em que o são nos períodos de interrupção ou de encerramento.

Lisboa, 21 de Março de 2018

A Direcção Nacional
da FNSTFPS



Nota à Comunicação Social

GOVERNO QUER MILITARIZAR FISCALIZAÇÃO DAS PESCAS

De acordo com uma notícia vinda hoje a público, o Governo está a apreciar um projeto de diploma legal que visa atribuir poderes de polícia aos comandantes dos navios militares no mar e de fiscalização das pescas ao pessoal da Marinha, num claro processo de militarização de competências e funções que são, objectivamente, da actual inspecção das pescas, sediada na Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM).

A ser verdade, importa perguntar o que pretende o Governo fazer da actual inspecção das pescas, sediada na DGRM, organismo dotado do poder de Autoridade Nacional das Pescas.

A eventual atribuição da competência de fiscalização das pescas à Marinha, cuja constitucionalidade é, no mínimo, duvidosa, em simultâneo com a DGRM, em nada contribui para o aumento da eficácia no cumprimento da missão de inspecção e fiscalização das pescas e só poderá configurar o aprofundamento da tendência que sucessivos governos do PS e do PSD/CDS adoptaram no sentido de reduzir a importância da inspecção das pescas, quem sabe se até à sua extinção.

O actual governo, insiste em seguir a linha dos anteriores, no que toca ao esvaziamento de competências dos serviços da Administração Pública central e por isso, ao invés de reforçar as competências da DGRM no que toca à inspecção e fiscalização das pescas conferindo, inclusivamente, a natureza de órgão de polícia criminal específico, aos inspectores das pescas e pelo reforço do número de efectivos (actualmente são 11, mais 8 em período de estágio!), parece querer optar pelo seu esvaziamento.

Esta possível decisão é tanto mais grave quanto o facto de estar a decorrer a negociação com esta Federação, do projeto de diploma legal que visa aprovar a carreira especial de inspecção das pescas e a actualização do respectivo estatuto.

Para a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, a ser verdade, este facto constitui-se como um elemento perturbador do processo de negociação, de todo inaceitável.

Esta Federação reitera a necessidade de o Governo reforçar as competências de investigação/inspecção/fiscalização das pescas, designadamente com a consagração da natureza de órgão de polícia criminal específico, dotando os inspectores das pescas dos poderes de autoridade adequados à especialização na área da pesca.

Para exigirem a negociação da proposta de revalorização das carreiras de inspeção das pescas da DGRM e de atribuição de um estatuto digno e compatível com as funções da nova carreira que as competências de investigação/inspeção/fiscalização das pescas fiquem sediadas exclusivamente na Autoridade Nacional das Pescas e na inspeção das pescas em concreto, os inspectores das pescas, irão iniciar um novo período de **greve ao trabalho prestado para além do período normal de trabalho e ao trabalho suplementar em dias de descanso semanal e feriados, no próximo dia 2 de Abril, prolongando-se esta greve até 30 de Junho.**

Este é o terceiro período de greves ao trabalho suplementar levado a cabo pelos inspectores das pescas que já cumpriram um primeiro, entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro e um segundo que ainda decorre, de 24 de Janeiro até 31 de Março, sempre com total adesão à greve por parte dos trabalhadores.

21 de Março de 2018

O Gabinete de Informação